



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACAJU/SE
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

NÚMERO PROCESSO 2021.101.00966 **NÚMERO ÚNICO** 0043148-56.2021.8.25.0001

AÇÃO Execução de Título Extrajudicial

EXEQUENTE JOSEFA NUNES DE ANDRADE

EXECUTADO FIO BERGLASS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA

FAZ SABER a todos quanto o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem ou a quem interessar possa, que, o **Leiloeiro Público Oficial, Sr. ADILSON BENTO DE ARAÚJO**, com registro na **JUCESE nº 015/2008** e **JUCEAL nº 016/2013**, levará a **PÚBLICA LEILÃO**, na modalidade **ELETRÔNICA**, com fulcro nos artigos 730 e 879 ao 903 do CPC/2015, através do site **www.abaleiloes.com.br**, o(s) bem(ns) descrito(s) abaixo no período, como segue:

1º LEILÃO

Início: 29/04/2025 às 14:00hs

Encerramento: 06/05/2025 às 14:00hs

2º LEILÃO

Início: 06/05/2025 às 14:00hs

Encerramento: 13/05/2025 às 14:00hs

O segundo somente será operado caso não haja oferta de lance no período do 1º leilão.

Sobrevindo lance nos **3 (três)** minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em **3 (três)** minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances, **Art. 16 da Resolução 12/2019 TJSE e Art. 21 da Resolução 236/2016 do CNJ.**

BEM(NS): 01 (um) Galpão comercial com 1.330 m² de área construída em terreno com 2.700 m², situado à Rua Olímpio de Souza Campos Júnior, 6, Bairro Inácio Barbosa, Aracaju/SE, com inscrição cadastral nº 30-02-004-0169-0-001, matrícula 4245 na 2ª Circunscrição imobiliária de Aracaju/SE, R.6, Livro 02. Infraestrutura local com água encanada, energia elétrica, rede de esgoto, drenagem. Próximo a supermercado, farmácia, praça, banco, centro de convenção, teatro, terminal de ônibus. Avaliado em R\$ 6.000.000,00 (Seis Milhões de Reais).

AVALIAÇÃO: R\$ 6.000.000,00 (Seis Milhões de Reais), **Lance Mínimo:** R\$ 3.000.000,00 (Três Milhões de Reais).

DÉBITO: R\$ 34.539,50 (Trinta e Quatro Mil e Quinhentos e Trinta e Nove Reais e Cinquenta Centavos).

Localização: Rua Olímpio de Souza Campos Júnior, 6, Bairro Inácio Barbosa, Aracaju/SE.

ÔNUS: IPTU em Aberto no valor de R\$ 851.116,15 - R.5 - Indisponibilidade de Bens no Processo 2007.85.00.000836-8 - 4ª Vara Federal de Sergipe;

R.12 - Penhora no Processo 2013.122.01243 - 22ª Var Cível de Aracaju/SE;

R.18 - Penhora no Processo 2013.122.01243 - 22ª Vara Cível de Aracaju/SE;

Av.20 - Indisponibilidade de Bens no Processo 0804408-74.2016.4.05.8500 - 4ª Vara Federal de Sergipe;

Av.24 - Indisponibilidade de Bens no Processo 0803355-53.2019.4.05.8500 - 4ª Vara Federal de Sergipe;

Av.26 - Indisponibilidade de Bens no Processo 2016.120.00917 - 20ª Vara Cível de Aracaju/SE;

Av.28 - Indisponibilidade de Bens no Processo 0000575-66.2021.5.20.0009 - 9ª Vara do Trabalho de Aracaju/SE;

Av.29 - Indisponibilidade de Bens no Processo 0000596-57.2021.5.20.0004 - 4ª Vara do Trabalho de Aracaju/SE;
Av.30 - Indisponibilidade de Bens no Processo 0000330-16.2020.5.20.0001 - 1ª Vara do Trabalho de Aracaju/SE;
R.31 - Penhora no Processo 0000708-32.2021.5.20.0002 - 1ª Vara do Trabalho de Aracaju/SE;
R.33 - Penhora no Processo 2021.101.00966 - 1ª Vara Cível de Aracaju/SE;
R.34 - Penhora no Processo 0000576-75.2021.5.20.0001 - 1ª Vara do Trabalho de Aracaju/SE;
R.35 - Penhora no Processo 0000575-66.2021.5.20.0009 - 9ª Vara do Trabalho de Aracaju/SE;
R.36 - Penhora no Processo 0000582-82.2021.5.20.0001 - 1ª Vara do Trabalho de Aracaju/SE;
Av.37 - Indisponibilidade de Bens no Processo 0000780-04.2021.5.20.0007 - 7ª Vara do Trabalho de Aracaju/SE;
Av.38 - Indisponibilidade de bens no Processo 00005455520215200001 - 1ª Vara do Trabalho de Aracaju/SE;
R.39 - Penhora no Processo 0000596-57.2021.5.20.0004 4ª Vara do Trabalho de Aracaju/SE;

Baseado no **Art. 130 do C.T.N**, também aplicado a veículos por analógica, **Art. 1.499 do C.C.**, **Art. 903, § 5º Inciso I e artigo 908 § 1º, ambos do CPC/2015** e **Art. 141 Inciso II da lei 11.101/05**, a arrematação é **LIVRE DE ÔNUS**.

É responsabilidade do Arrematante/Adjudicante o valor apresentado acima referente as **Despesa Remoção e Estadia** quando o bem estiver depositado com o leiloeiro, **Art. 27 da RESOLUÇÃO 12/2019 TJSE e Art. 29 da RESOLUÇÃO 236/2016 CNJ**.

COMISSÃO DO LEILOEIRO: Em caso de **arrematação 5% (cinco por cento)**, sobre o valor arrematado que será pago pelo arrematante; Em caso de **Adjudicação 3% (três por cento)** será paga pelo exequente; Em caso de **remição ou acordo 3% (três por cento)** será paga pelo executado e em **5% (cinco por cento)** se houver armazenagem do bem junto ao leiloeiro para todos os casos. O leiloeiro receberá sua comissão diretamente em conta por ele fornecida. **Art. 24 Decreto 21.981/32 Parágrafo Único, Art. 8 da RESOLUÇÃO 12/2019 TJSE e art. 884, Parágrafo Único do NCP/2015 e Art. 7º §7º da RESOLUÇÃO 236/2016 CNJ**.

Tratando-se de leilão de bem hipotecado, o executado poderá remí-lo até a assinatura do auto de arrematação, oferecendo preço igual ao do maior lance oferecido, **Art. 902 do CPC**.

CONDIÇÕES DO LEILÃO: Quem pretender arrematar ditos bens deverá ofertar lances pela Internet através do sítio **www.abaleiloes.com.br**, devendo **os interessados efetuar cadastramento prévio** no prazo de **até 72 horas de antecedência do encerramento do leilão**, ficando responsável, cível e criminalmente pelas informações ali preenchidas, **anexar os documentos informados no preenchimento do cadastro**, aguardar a aprovação do cadastro que poderá levar até 48 horas, **obter a HABILITAÇÃO diretamente no leilão que queira participar**, e ofertar seus lances. **O uso de login e senha é de inteira responsabilidade do interessado ao preencher seu cadastro, não podendo repassá-los para terceiros.**

O interessado deve confirmar seus lances diretamente no site, sendo vencedor, pagar as quantias respectivas na data designada para a realização do leilão, assinar o **AUTO DE ARREMATAÇÃO** e apresentar ao leiloeiro acompanhado dos comprovantes de pagamento **no prazo de 24 horas após o leilão**.

O(A) Magistrado(a) assinará, de imediato, o **AUTO DE ARREMATAÇÃO** logo que apresentado ou juntado nos autos pelo leiloeiro, dando cumprimento ao **Art. 901 e Art. 903 do CPC**. Não havendo a assinatura do magistrado no prazo de **48 horas**, a assinatura será dada como tácita, efetivada.

É responsabilidade do interessado a verificação da existência de ônus eventualmente incidentes no bem, devendo efetivar busca junto a administradora do condomínio, cartórios e nos órgãos municipais estaduais e federais, **Ônus esses que poderão ser sub-rogados no preço pago pelo arrematante**, conforme **Art. 130 do CTN**.

É responsabilidade do interessado constituir advogado para representá-lo nos autos, caso necessário.

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, conforme informações nos autos, **sem garantias**, constituindo ônus do interessado verificar suas reais condições e características, antes das datas designadas para as alienações judiciais, devendo solicitar, nos autos a visita, se for o caso.

FORMA DE PAGAMENTO: A arrematação será feita pela melhor oferta igual ou superior ao valor informado para cada situação, 1º ou 2º leilão, valor esse que é apresentado diretamente no site **www.abaleiloes.com.br** e será pago à vista, no ato do leilão conforme **Art. 892 do CPC** ou poderá ser parcelado, se autorizado, nos termos do **Art. 895 do CPC/2015**, Sendo **25%** pago no ato e os **75%** restante em até **30 vezes + correção monetária pelo INPC**, o vencimento da 1ª parcela ocorrerá 30 dias após a arrematação/leilão, ficando o próprio bem, imóvel, com hipoteca em favor do processo até a sua quitação, havendo atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, o lance para pagamento à vista sempre prevalecerá, e **havendo autorização nas Execuções Fiscais promovidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)** o parcelamento seguirá os termos da **Portaria PGFN nº 79 de 03/02/2014**, Sendo o valor que exceder a dívida exequenda pago no ato e o restante parcelado em até **60 vezes no valor mínimo de R\$ 500,00 + juros pela taxa SELIC, acumulada mensalmente, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado**, o vencimento da 1ª parcela ocorrerá 30 dias após a arrematação/leilão, ficando o próprio bem, imóvel, com hipoteca em favor da **UNIÃO** até a sua quitação, havendo a falta de pagamento de quaisquer das prestações mensais implicará a imediata rescisão do parcelamento, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será **acrescido o valor de 50% (por cento)** a título de multa de mora, conforme **Art. 98 §6º da Lei nº 8.212, de 1991**.

A quantidade de parcelas poderá ser menor em ambos os casos, sendo informado no próprio lote apresentado no site, **www.abaleiloes.com.br**, o total de parcelas admitidas.

Havendo a possibilidade do parcelamento, esse será informado no próprio lote apresentado no site **www.abaleiloes.com.br.**

O não pagamento pelo lance ofertado, não desobriga o arrematante ao pagamento da comissão do leiloeiro sendo este constituído em título executivo.

Ocorrendo a falta dos pagamentos, lance e/ou comissão, o Juízo decidirá sobre a aplicação dos **Art. 186 e 927 do Código Civil e Art. 335 do Código Penal**, na ocasião, será chamado o penúltimo licitante computado para ser o arrematante do lote em questão.

O prazo para o arrematante ter a documentação para a transferência do bem, nos casos de bens imóveis e veículos, bem como os mandados de entrega, é no mínimo 10 dias após a comprovação dos pagamentos e do Auto de Arrematação assinado por todos, conforme **Art. 903 § 2º do CPC**, não dependendo do leiloeiro para que sejam expedidos, devendo ser cobrados diretamente na unidade da Justiça responsável pelo leilão, podendo constituir advogado para isso.

Fica(m) intimado(s) pelo presente Edital o(s) Executado(s) e seu(s) cônjuge(s), se casado(s) for(em), caso não tenha(m) sido encontrado(s) para a intimação pessoal, bem como o(s) credor(es) hipotecário(s)/fiduciário(s), acerca do Leilão designado, conforme **Art. 889 NCPC/2015**. E, para que ninguém alegue ignorância, é expedido o presente, que será juntado aos autos, publicado no endereço eletrônico **www.abaleiloes.com.br** e fixado no lugar de costume conforme **Art. 886, Inciso IV** e nos casos de **Execução Fiscal** será publicado em resumo, uma única vez, gratuitamente, como expediente judiciário, no órgão oficial, conforme **Art. 22 da LEF** e será afixado no local de costume. Dado e passado nesta Cidade de Aracaju/SE, aos 17 dias de Março de 2025.

Juízo de Direito